FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 19/03/2022 - 05:59

Moraes suspende Telegram no Brasil

Moraes, do Supremo, determina bloqueio do Telegram em todo o Brasil

Decisão atende a pedido da PF, mas é criticada por Bolsonaro e ministro da Justiça; aplicativo fala em problema com emails

Marcelo Rocha, José Marques e Fabio Serapião

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu pedido da Polícia Federal e determinou que plataformas e provedores de internet bloqueiem o funcionamento do Telegram no Brasil.

A decisão, que veio a público nesta sexta-feira (18), estipula multa diária de R$ 100 mil caso as empresas deixem de adotar as providências necessárias para suspender a utilização do serviço de mensagens.

Foi fixada em R$ 500 mil a multa diária se os responsáveis pelo aplicativo não cumprirem ordens anteriores do próprio magistrado no inquérito da fake news, incluindo a retirada do ar de publicação do presidente Jair Bolsonaro (PL) com informações falsas sobre as urnas eletrônicas.

A decisão do ministro do STF foi criticada por Bolsonaro, que a chamou de inadmissível, e pelo ministro da Justiça, Anderson Torres —a PF é ligada à pasta dele.

"Milhões de brasileiros sendo prejudicados repentinamente por uma decisão monocrática", afirmou Torres, dizendo ter determinado a setores do ministério "que estudem imediatamente uma solução para restabelecer ao povo o direito de usar a rede social que bem entenderem".

O fundador do Telegram, Pavel Durov, pediu desculpas ao STF horas após a decisão e disse em seu canal que um problema técnico impediu a plataforma de receber notificações judiciais do Brasil. Ele fez um apelo ao STF para que reconsidere o bloqueio do serviço e prometeu instalar representação no país.

"Peço que o tribunal que considere adiar sua decisão por alguns dias a seu critério para nos permitir remediar situação nomeando um representante no Brasil e criando uma estrutura para reagir de forma rápida a futuras questões urgentes", disse.

Ele atribuiu a "falha de comunicação" a "um problema com emails entre os endereços corporativos do telegram.org e o Supremo Tribunal Federal do Brasil".

"Em nome da nossa equipe, peço desculpas ao Supremo Tribunal Federal por nossa negligência", afirmou. "Definitivamente, poderíamos ter feito um trabalho melhor."

Moraes disse que "o desrespeito à legislação brasileira e o reiterado descumprimento de inúmeras decisões judiciais pelo Telegram, empresa que opera no território brasileiro, sem indicar seu representante, inclusive emanadas do Supremo Tribunal Federal, é circunstância completamente incompatível com a ordem constitucional vigente, além de contrariar expressamente dispositivo legal".

Na decisão de 18 páginas, ele salienta reiteradas vezes a "omissão" do Telegram em fazer cessar a divulgação de notícias fraudulentas e a prática de infrações penais.

Ao determinar a "suspensão completa e integral do funcionamento do Telegram no Brasil", o ministro intima, pessoal e imediata, o presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Wilson Diniz Wellich, para a concretização da medida. O tribunal deve ser avisado sobre as providências adotadas em 24 horas.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, durante sessão no plenário da corte Rosinei Coutinho - 6.fev.20/Divulgação STF

BOLSONARO DIZ QUE DECISÃO É 'INADMISSÍVEL'

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta sexta (18) que é "inadmissível" a decisão de Alexandre de Moraes de bloquear o Telegram no Brasil. "É inadmissível uma decisão dessa natureza. Não conseguiu atingir 2 ou 3 pessoas que na cabeça dele [de Moraes] deveriam ser banidas do Telegram, atinge 70 milhões de pessoas", afirmou o presidente durante encontro com pastores e líderes religiosos em Rio Branco (AC). Bolsonaro disse que a decisão pode "causar óbitos no Brasil por falta de contato entre paciente e médicos". O presidente criticou o fato de a decisão ter sido monocrática, ou seja, tomada apenas por Moraes e não por um conjunto de ministros. O discurso teve tom de campanha, apesar de a legislação vetar pedidos de votos neste período. O presidente disse ainda que o veto ao Telegram foi uma "notícia no mínimo triste".

Operadoras de telefonia foram notificadas e estimavam que a suspensão dos serviços deverá ocorrer até terça (22).

Moraes afirma que a suspensão deve perdurar até o efetivo cumprimento de suas decisões no curso das investigações, inclusive com o pagamento de multas diárias fixadas e com a indicação, em juízo, de representação oficial no Brasil (pessoa física ou jurídica). A sede do aplicativo fica atualmente em Dubai, no Emirados Árabes Unidos.

O ministro menciona o descumprimento de uma ordem, imposta em 2021, para retirada do ar de uma publicação de Bolsonaro relacionada ao caso do vazamento de apuração da PF sobre ataque hacker à Justiça Eleitoral em 2018.

Cita, ainda, determinação no âmbito do inquérito das fake news de bloqueio de um canal bolsonarista e fornecimento dos dados cadastrais, o que também não aconteceu.

No último dia 26, após ordem de Moraes, o Telegram bloqueou três canais ligados ao influenciador bolsonarista Allan dos Santos. Essa foi a primeira ordem judicial brasileira cumprida pelo aplicativo.

Segundo o ministro, porém, a plataforma também teria que indicar o usuário de criação dos perfis, com dados como CPF e email, suspender os repasses de valores oriundos de monetização e publicidade, além de indicar os ganhos de cada um dos canais.

Essa determinação, aponta Moraes, não foi atendida. Fora o bloqueio, o Telegram não apresentou qualquer informação nos autos, diz o ministro.

Além de destacar a possibilidade de o aplicativo continuar a desrespeitar o Judiciário, a PF argumentou no pedido de bloqueio ao Supremo que o serviço de mensagens tem sido utilizado em outras situações como meio seguro para prática de crimes graves.

A PF observou que a postura do grupo em não se submeter a diretrizes governamentais a partir de princípios que regem a sua política de privacidade tem resultado em sanções, já aplicadas por 11 países.

A decisão de Moraes estava em sigilo, mas ele a tornou pública após o vazamento de trechos por um perfil do Twitter. O ministro determinou que a rede social informe todos os dados disponíveis a respeito do usuário que fez a publicação e que a PF o interrogue.

O Telegram é visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news e se tornou também alvo de discussão no Congresso e no TSE.

Amplamente usada pela militância bolsonarista, a ferramenta é um dos desafios das autoridades engajadas no combate à desinformação.

O Telegram conta com representante no Brasil há sete anos para atuar junto ao órgão do governo federal encarregado do registro de marcas no país, ao mesmo tempo em que ignora chamados da Justiça brasileira e notificações ligadas às eleições.

A frente nas pesquisas de intenções de voto para as eleições, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou um canal na rede em junho de 2021 e tem pouco mais de 47 mil seguidores.

Bolsonaro tem convocado apoiadores a se inscreverem em seu canal no serviço. Recentemente, ele chamou de covardia o cerco à plataforma e disse que o governo está "tratando" do assunto.

A **Folha** perguntou ao Palácio do Planalto o que estaria em discussão no Executivo e que poderia estar relacionado ao funcionamento do aplicativo. Não houve resposta.

Ministros do STF temem que a plataforma seja o principal canal para o presidente e seus aliados disseminarem declarações falsas sobre supostas fraudes nas eleições.

O Congresso discute um projeto de lei —conhecido como PL das Fake News— com o objetivo de fixar as balizas para o funcionamento de empresas de serviço de mensagens e redes sociais. A proposta tem pontos de muita polêmica, e Bolsonaro já antecipou que pretende vetar trechos.

Na Alemanha, com cerca de 8 milhões de usuários, o Telegram vinha se recusando a conversar com autoridades que atuam no enfrentamento a grupos extremistas.

A plataforma mudou recentemente de postura com a sinalização de que medidas mais drásticas poderiam ser adotadas, incluindo o seu banimento. Bloqueou mais de 60 canais usados por radicais a pedido da polícia alemã.

Bloqueio do Telegram pelo Supremo pode ser ineficaz na prática; entenda

Suspensão dos serviços pode ser facilmente burlada pelos usuários do aplicativo, diz especialista

Tayguara Ribeiro

SÃO PAULO O bloqueio do Telegram em todo o Brasil, determinado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), pode não ter efeito prático.

Especialistas em direito digital e cibersegurança ouvidos pela **Folha** avaliam que faltam bases jurídicas que sustentem o bloqueio e que, mesmo com a suspensão dos serviços, o aplicativo pode facilmente ser acessado pelos usuários por meio de mecanismos que ajudam a burlar esse tipo de impedimento.

Eles foram ouvidos antes dessa decisão, que nos últimos meses passou a ser cogitada diante das negativas de retorno da empresa às autoridades do Brasil. Procurados nesta sexta (15), mantiveram a mesma avaliação.

"Hoje o bloqueio do Telegram no Brasil dificilmente encontra respaldo na legislação e poderia ser pouco efetivo por conta da forma que os usuários podem burlar o bloqueio da internet", diz Guilherme Klafke, pesquisador do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação na FGV (Fundação Getulio Vargas).

Segundo ele, não existe lei que criminalize a conduta dos usuários de aplicativos como o Telegram, especialmente no que se refere a desinformação.

"Não é pacífico que exista lei que autoriza bloqueio de aplicativo. Tanto não é pacífico que o Supremo ainda não terminou de julgar as ações sobre o bloqueio do WhatsApp, que também não cumpriu decisões judiciais alegando que tinha uma criptografia de ponta a ponta", afirma.

Ele diz que está previsto no Marco Civil da Internet que em caso de crime a plataforma tem o dever de remover o conteúdo. Afirma ainda que o Código de Processo Penal e as leis de investigação de organizações criminosas também preveem que as plataformas compartilhem informações com a Justiça em casos que envolvam a segurança pública. Entretanto, este não seria o caso do Telegram.

"Não existe o crime de desinformação, o tipo penal. O que existe é uma infração na legislação eleitoral que você comete quando divulga fatos sabidamente inverídicos durante o processo eleitoral, que ainda nem começou", afirma.

Solano de Camargo, presidente da comissão de Privacidade e Proteção de Dados da OAB-SP, avalia como inconstitucional um bloqueio total do Telegram no país.

Segundo ele, banir o uso da plataforma é medida "exagerada" e "desproporcional" e vai contra a liberdade de expressão. Camargo argumenta que a medida terá como efeito apenas empurrar os internautas para outras plataformas.

O bloqueio teria como fundo "a existência de alguns grupos de discussão nos quais poderia ter ocorrido algum ilícito eleitoral. Mas isso não quer dizer que a ferramenta como um todo sirva para crime", diz.

Para Camargo, é inconstitucional "porque derruba a comunicação de mais de 50 milhões de usuários brasileiros por conta de possíveis crimes cometidos por poucas pessoas. O princípio da Constituição é que as decisões precisam ser proporcionais e razoáveis."

Do ponto de vista tecnológico, a medida também não funciona, de acordo com Marcos Antônio Simplício Júnior, especialista em cibersegurança da Escola Politécnica da USP.

"Tem jeitos de fazer e nenhum deles vai funcionar", avalia. "O básico seria [bloquear] via DNS. Por que não funciona? Por que o usuário pode simplesmente trocar o servidor de DNS. Só usar um de fora do Brasil e vai conseguir voltar a utilizar."

Caso o aplicativo não funcione via DNS e tenha um IP fixo cadastrado seria possível bloquear o IP. "Nesse caso também da para sair [do bloqueio] via proxy ou VPN. A ideia é que a informação vai para um outro site e esse outro site acessa o Telegram para você. Dá para fazer de forma segura. Essas são as duas táticas básicas para bloquear alguma coisa na internet", diz.

Segundo o professor do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da USP, qualquer uma das duas possibilidades de bloqueio tem formas de burlar relativamente simples.

"Nada que um tutorial de dois minutos na internet não explique como fazer. O próprio WhatsApp foi bloqueado no passado usando este tipo de técnica que não funcionava na prática", diz Simplício Júnior. "A internet foi feita para ser difícil de bloquear", brinca o especialista.

Caso o usuário não possuísse o Telegram, depois do bloqueio, ele conseguiria baixar o aplicativo em sites hospedados fora do Brasil.

Pensando nessa possibilidade, o ministro Alexandre de Moraes também estipulou multa para os usuários que tentem burlar a proibição, embora seja muito difícil identificar esta prática.

No despacho, o magistrado afirma que "as pessoas naturais e jurídicas que incorrerem em condutas no sentido de utilização de subterfúgios tecnológicos para continuidade de [as comunicações ocorridas pelo Telegram estarão sujeitas às sanções civis e criminais, na forma da lei, além de multa diária" de R$ 100 mil.

O Telegram é visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news e se tornou também alvo de discussão no Congresso e no TSE para possíveis restrições em seu funcionamento no Brasil.

Amplamente usada pela militância bolsonarista, a ferramenta é hoje um dos desafios das autoridades brasileiras engajadas no combate à desinformação eleitoral.

Depois de meses ignorando pedidos da Justiça do Brasil, o Telegram bloqueou, no dia 26 de fevereiro, três canais ligados ao influenciador bolsonarista Allan dos Santos. A ação é decorrente de uma determinação de Moraes.

Após ignorar decisões do próprio ministro do STF e tentativas de contatos de autoridades que atuam no combate à desinformação, essa foi a primeira ordem judicial brasileira cumprida pelo aplicativo.

Allan é investigado em inquérito de relatoria do ministro sob a suspeita de fazer parte de milícia digital que atua no ataque a instituições, como o Supremo Tribunal Federal.

Moraes ameaçava bloquear o Telegram pelo prazo inicial de 48 horas, além de aplicar multa diária de R$ 100 mil.

A plataforma vinha escapando de [redacted] de autoridades brasileiras, incluindo o STF, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e o MPF (Ministério Público Federal), que fazem tentativas de contato sobre demandas envolvendo publicações na rede social.

Pessoas usam o celular em frente a tela com o símbolo do Telegram Dado Ruvic - 18.nov.15/Reuters

Entenda o caso Telegram

O que é o Telegram?
É um aplicativo de mensagens com funcionamento parecido com o do WhatsApp. Além de ter alta capacidade de viralização, com grupos que podem comportar até 200 mil membros, o Telegram possui uma dinâmica que se assemelha muito mais a redes sociais. Apesar disso, não modera conteúdo —a não ser em casos como de terrorismo

Qual é a preocupação do TSE?
Como a empresa tem uma postura de nenhuma cooperação e não tem sede no Brasil, o tribunal tem dificuldade de fazer a legislação nacional ser efetiva. Grupos bolsonaristas têm migrado para plataformas que possuam regras menos restritivas, como o Telegram

Quais medidas no Brasil?
O bloqueio do Telegram gera preocupação em especialistas na área, dadas as possíveis consequências legais e técnicas da medida. Outro cenário seria aceitar o crescimento desenfreado de uma plataforma que não atende aos contatos do Judiciário brasileiro

O que Bolsonaro diz sobre isso?
O Telegram é atualmente um dos canais de comunicação prediletos de Bolsonaro, usado para divulgar ações de sua administração. Conta hoje com mais de um milhão de seguidores. Em janeiro, o presidente chamou de covardia a investida do TSE contra o Telegram e indicou que estuda medidas sobre o tema

O que diz a lei atual?
O fato de uma empresa não ter sede no país não significa que ela não tenha que obedecer à legislação brasileira. No Congresso, o projeto de lei das fake news pretende tornar obrigatório que redes sociais e aplicativos de mensagens tenham representantes legais no país

Empresas preveem interrupção até 3ª e citam risco de burla

Julio Wiziack

BRASÍLIA Todas as operadoras de telefonia móvel do país devem bloquear o acesso de seus clientes ao aplicativo Telegram até a terça (22), um dia antes do prazo máximo determinado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF.

As quatro principais operadoras (Vivo, Claro, Tim e Oi) trabalham para efetivar o bloqueio o quanto antes. A Conéxis, associação que representa o setor, disse que "as empresas de telecomunicações cumprem as decisões judiciais".

No ofício, enviado pelo ministro do STF para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e para as operadoras, há uma multa diária por descumprimento da determinação de R$ 100 mil contada a partir de quarta (23).

Embora a agência tenha sido comunicada, cabe às operadoras implementar a determinação do ministro do STF.

Técnicos das operadoras consultados sob anonimato avaliam que o bloqueio não será tão eficaz porque aplicativos como o Telegram costumam "mascarar" os IPs (endereços de internet associados ao serviço) —referência usada pelas operadoras para bloquear o acesso. Por eles, é possível identificar de onde vem o sinal e quem recebe.

Segundo esses técnicos, caberá à engenharia de cada operadora monitorar possíveis volumes consideráveis de acessos de IPs que, a princípio, não são relacionados ao Telegram. Depois de analisá-los, comprovando se tratar do aplicativo de comunicação, poderão efetivar o bloqueio dos IPs "mascarados".

Os profissionais informam que, do ponto de vista técnico, não há dificuldades em implementar a barreira, nem em se fazer esse monitoramento posterior de tráfego.

Em dezembro de 2015, a Justiça mandou as operadoras de telefonia bloquearem o WhatsApp em todo o país por 48 horas como forma de obrigar a empresa a colaborar com investigações policiais.

Rapidamente, todos os acessos foram sendo bloqueados tanto em 3G quanto em 4G. Ainda segundo as empresas, a forma de bloqueio desta vez será, inclusive, mais rápida porque muito menos clientes utilizam o Telegram.

Bolsonaristas tentam driblar veto a aplicativo

Apoiadores do presidente recomendam tutoriais para contornar suspensão do Telegram, ordenada por Moraes

?

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4 a 7

Copyright © Clipclap 2025.